

ENSAIO | PEER REVIEWED

Negro Canto: A Arte e a Musicoterapia Como Enfrentamento do Racismo

Líz Mirandah ^{1*}, Wagner Junio Ribeiro ¹¹ Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil* negra.deuzelimiranda@gmail.com

Recebido 17 de março de 2025; Aceito 17 de setembro de 2025; Publicado 3 de novembro de 2025

Editores: Juan Pedro Zambonini, Virginia Tosto

Revisora: Sheila Beggiato

Resumo

Neste trabalho exploramos como a arte e a musicoterapia se encontram como instrumentos de resistência e enfrentamento ao racismo, com foco na vivência de mulheres negras. Enquanto pessoas negras, observamos a solidão e os desafios de estarmos em espaços acadêmicos e profissionais predominantemente brancos, onde nossa pele sempre chega antes. A partir destes atravessamentos, analisamos como a arte, a performance e a musicoterapia podem servir como estratégias de resistência, afirmação e emancipação de identidades socialmente marginalizadas. A performance “Negro Canto,” inspirada em Elza Soares, Conceição Evaristo e Lélia Gonzalez, é apresentada como um ato político que transforma a dor individual em denúncia social, confrontando a violência e o silenciamento. Desta maneira, mais que uma denúncia, este artigo defende uma musicoterapia decolonial e emancipatória, que valorize as experiências de vida de populações marginalizadas, reforçando a necessidade de práticas que usem a música para reconstruir narrativas, fortalecer identidades e promover a justiça social.

Palavras-chave: musicoterapia; racismo; feminismo; decolonialidade

Comentário Editorial

A partir do coração de suas próprias experiências, Mirandah e Junio nos questionam sobre as respostas que damos à presença do racismo no campo da formação e das práticas musicoterapêuticas. Suas experiências são de estranhamento, injustiça e violência. Mas, além de nos ajudar a tornar explícitas algumas questões incômodas, eles nos lembram do imenso poder da voz, do grito e do canto, da dança e da música, quando compartilhados com outras pessoas. Obrigado!

Introdução

Na avenida, deixei lá
A pele preta e a minha voz
Na avenida, deixei lá
A minha fala, minha opinião
A minha casa, minha solidão
Joguei do alto do terceiro andar

Quebrei a cara e me livrei do resto dessa vida
Na avenida dura até o fim
Mulher do fim do mundo
Eu sou, eu vou até o fim cantar.¹

Ao longo da nossa trajetória acadêmica, a música nos abriu caminhos. Através dela, exploramos possibilidades de acessos e entradas em lugares pouco comuns para pessoas negras no Brasil. A música como ferramenta de expressão, como uma possibilidade de compartilharmos nossas histórias, como ferramenta emancipatória nas artes ou na promoção de saúde, tem sido nosso caminho na musicoterapia, compreendendo seu potencial transformador no cuidado e na construção de vínculos, mas nossa presença nesses espaços sempre foi atravessada por uma realidade incontornável: nossa pele sempre chegava antes de nós.

A primeira autora, mulher negra, é cantora, dançarina, atriz, educadora musical infantil e musicoterapeuta. Atualmente, é mestrande em musicoterapia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). O segundo autor, homem negro, gay e candomblecista, é músico, musicoterapeuta e mestrando em Promoção da Saúde e Prevenção da Violência pela Faculdade de Medicina da UFMG. Os autores compreendem suas trajetórias artísticas e acadêmicas não apenas como um caminho profissional, mas como uma forma de existir no mundo. Suas vozes, seus corpos em movimento e seus compromissos com a arte, com a educação musical e com a musicoterapia são expressões de suas identidades e de suas lutas por espaços onde corpos como os nossos, historicamente marginalizados, possam ser vistos e ouvidos.

A musicoterapia brasileira não foge muito a regra de outros países, tendo como maioria de pessoas brancas, tanto como referência na literatura, como professoras e professores ou como estudantes nos cursos de formação. A experiência de ser por muitas vezes a única mulher negra na turma com consciência racial, ou o único homem negro e gay engajado em uma reflexão sobre diversidades nesses espaços, evidencia nossa solidão intelectual e afetiva, nos fazendo observar com nitidez o peso de ocupar um ambiente onde corpos como os nossos são exceção.

Escrevemos, portanto, movidos por essa inquietação: a necessidade de questionar e ressignificar espaços colonizados que historicamente nos marginalizaram. A experiência acadêmica, nunca nos foi apenas sobre absorver conhecimento, mas sobre afirmar existência. Cada discussão, cada olhar que nos atravessava antes mesmo que nossa fala fosse ouvida, era um lembrete do desafio que é estar e permanecer.

Enxergamos a arte e a musicoterapia como poderosas ferramentas de enfrentamento ao racismo. A música, especialmente o canto, carrega as memórias, as lutas e as resistências do povo negro. Ela ressoa como um ato de afirmação e pertencimento, rompendo silêncios históricos e criando espaços de escuta e acolhimento. Segundo Michele Mara Domingos e

¹ Mulher do Fim do Mundo é faixa título do álbum de Elza Soares, composição de Alice Coutinho e Rômulo Fróes, lançado em [3 de outubro](#) de [2015](#) pelo selo Circus.

Rosemyriam Cunha (2021) somado a estes fatos, observa-se que historicamente, a música sempre esteve presente na vida das pessoas negras. Na musicoterapia, vemos a possibilidade de reconstruir narrativas, de dar voz às dores silenciadas e, ao mesmo tempo, de fortalecer identidades. Utilizar a arte como meio de resistência é, para nós, mais do que uma escolha estética ou profissional, é uma necessidade vital. É por meio dela que reafirmamos nossa presença, nossas histórias e nossas lutas, abrindo caminhos para que outras vozes negras possam ecoar.

A história do Brasil está marcada por uma estrutura racista que perpetua violências em suas diversas formas contra a população negra. De acordo com Abdias do Nascimento, José Genoino e Ari Kffuri (1984), embora o Brasil seja frequentemente retratado como uma democracia racial, a realidade revela um país profundamente marcado pelo racismo estrutural. A desigualdade racial e a miséria se retroalimentam, perpetuando a exclusão social. As lutas pela Abolição e pela República não garantiram a cidadania plena para a população negra, permitindo que os resquícios da escravidão continuassem a influenciar as relações sociais. Como resultado, práticas autoritárias, arbitrariedades e a violação de direitos seguem mais presentes na sociedade brasileira do que os valores democráticos (Nascimento et al., 1984).

Sobre possibilidades para se abordar o racismo no Brasil, Djamila Ribeiro (2019) propõe ser necessário uma abordagem estrutural, que leve em consideração a perspectiva histórica, sendo importante entender a conexão entre escravidão e racismo, bem como suas consequências ao longo do tempo. Ainda segundo a autora, este sistema sempre favorece economicamente a população branca, enquanto a população negra, tratada como mercadoria, foi privada de direitos fundamentais e excluída da distribuição de riqueza.

Lélia Gonzalez (2020) discute como o racismo e o sexismo estruturaram a sociedade brasileira, negando às mulheres negras direitos básicos e relegando-as a espaços de subalternidade. Seu conceito de “amefrikanidade” nos permite pensar a identidade negra não apenas como uma imposição colonial, mas também como um espaço de resistência e criação. Por esse caminho, vemos que as violências são perpetuadas de forma interseccional. Segundo Carla Akotirene (2019) a leitura da realidade a partir das interseccionalidades se faz como ferramenta capaz de auxiliar na compreensão das relações raciais em conjunto com outros marcadores como os de gênero, sexualidade, classe, e outros marcadores sociais, para uma análise social mais ampla.

No contexto musicoterapêutico, Andressa Arndt, Rosemyriam Cunha e Sheila Volpi (2016) nos informam como a Musicoterapia Social e Comunitária, por ser uma abordagem que utiliza a música como ferramenta para promover a coesão social, o fortalecimento de vínculos comunitários e o bem-estar coletivo, se diferenciando das intervenções individuais ao focar em contextos sociais mais amplos, buscando impactar comunidades inteiras por meio de experiências musicais compartilhadas em um processo ativo fundamentado na cultura e em aspectos da vivência cotidiana. Essa perspectiva enfatiza a importância de práticas centradas nas relações humanas, na grupalidade e na ação democrática, promovendo a inclusão social e ampliando as possibilidades de expressão e participação dos indivíduos na sociedade (Arndt et al., 2016).

Ao tratarmos de arte e musicoterapia, precisamos referenciar Nise da Silveira e Dona Ivone Lara. Para situar a magnitude dessas figuras na história brasileira, é crucial fazer uma apresentação breve de seus papéis de vanguarda na interseção entre arte, saúde mental e cultura. Nise da Silveira, uma psiquiatra revolucionária, desafiou o tratamento psiquiátrico tradicional e desumano no Brasil, substituindo métodos agressivos por terapias centradas na arte, como a pintura e a modelagem, para resgatar a subjetividade e a dignidade de seus pacientes. Foi em sua instituição que a cantora, compositora, enfermeira e terapeuta ocupacional, Dona Ivone Lara, teve um papel fundamental. Como uma das primeiras mulheres negras a se destacar em áreas dominadas por homens, ela aplicou seus conhecimentos de música e saúde para criar práticas emancipatórias,

utilizando o samba e o canto como ferramentas terapêuticas. Juntas, essas mulheres não apenas transformaram o cuidado em saúde mental no Brasil, mas também simbolizam a resistência e a inovação em suas respectivas áreas, como nos coloca Manuella Ferreira (2023).

Como renomada psiquiatra brasileira, Nise da Silveira foi pioneira ao introduzir abordagens terapêuticas que integravam arte e ciência, influenciando diretamente áreas como a musicoterapia. Sua metodologia humanizada, que priorizava a expressão criativa dos pacientes, abriu caminho para práticas terapêuticas que utilizam a arte como meio de promoção da saúde mental. Ao valorizar a criatividade dos pacientes, Nise abriu caminho para práticas que utilizam a arte como meio de promoção da saúde mental (Ferreira, 2023). Acreditamos que o reconhecimento de Dona Ivone Lara como uma das pioneiras da musicoterapia no Brasil, bem como símbolo da resistência feminina e negra na arte e na saúde ainda carecem da devida atenção.

A arte sempre foi nosso lugar de resistência, expressão e enfrentamento. Se o canto abriu caminhos para nossa trajetória na música e na musicoterapia, foi na performance que a primeira autora encontrou a síntese de tudo isso: uma forma visceral de dar corpo e voz às suas experiências e inquietações. A partir da análise da performance “Negro Canto – até o fim,” de autoria da primeira autora deste trabalho, inspirada na força interpretativa de Elza Soares, discutiremos possibilidades de ações emancipatórias a partir da expressão artística e da musicoterapia.

Performance Negro Canto: até o fim

O Encontro Nacional Musicoteraprets² é um evento que se consolidou como um espaço essencial para discutir e fortalecer a presença de profissionais negros na musicoterapia, abordando as interseções entre raça, cultura e saúde, em sua 4^a edição, realizada nos dias 28, 29 e 30 de novembro de 2024, junto ao 3º Fórum Mineiro de Musicoterapia. O evento trouxe como tema central “Atravessamentos Decoloniais – Diversidade Étnico-Racial, Promoção da Saúde e Musicoterapia,” propondo reflexões sobre os impactos do racismo estrutural na prática musicoterapêutica, a necessidade de decolonizar a formação e o cuidado, bem como o papel da música como ferramenta de resistência e promoção da saúde.

O evento não se limitou ao debate teórico, mas também se configurou como um espaço de trocas práticas e afetivas. Com a participação de palestrantes e profissionais de diversas regiões do país, compartilhando através de rodas de conversa e apresentações artísticas que materializaram os conceitos decoloniais e antirracistas propostos nesta edição. A experiência do Encontro Nacional Musicoteraprets, ao promover a escuta e a visibilidade de vozes negras, se consolida como um forte pilar na construção de uma musicoterapia mais inclusiva e socialmente responsável, incentivando a formação de novas lideranças e o fortalecimento de redes de apoio mútuo.

Foi neste evento que a performance “Negro Canto – até o fim” se deu. A primeira autora trouxe à cena um grito, um enfrentamento direto ao racismo estrutural que atravessa corpos negros diariamente. O texto, carregado de vivências e urgências, ressoava como denúncia e reivindicação. Conceição Evaristo (2008, p. 13), em “Poemas da recordação e outros movimentos” ilustra bem o que nos atravessa nesse cotidiano: “Todas as manhãs açoito sonhos e acalento entre a unha e a carne uma agudíssima dor.” O que era silenciado ganhou voz, o que era descartado reivindicou existência. Como bem apontou Lélia Gonzalez, o lixo falou – e com a força que traz em si (Gonzalez, 2018).

² <https://www.youtube.com/live/6emwClldiWg?si=FOnJPAWYmXEB1jRS> (performance em 1:12:27).

Na performance foram abordados o racismo, as violências e opressões vividas por mulheres negras, trazendo transversalmente, como essas violências podem ser enfrentadas pela arte, pela música e pela prática musicoterapêutica, a partir de práticas de resistência e emancipação. Influenciada por mulheres como, Lélia Gonzalez, Conceição Evaristo, Elza Soares e tantas outras, a primeira autora constrói uma narrativa que entrelaça a literatura, música e a trajetória dessas mulheres com sua própria vivência, refletindo sobre a natureza do racismo como um atravessamento profundo e incessante.

A performance é apresentada a partir do relato de um acontecimento real sofrido pela primeira autora a partir de uma canção e textos autorais e citações de Conceição Evaristo (2008) e Lélia Gonzalez (2020), trazendo também memórias de violências vividas e naturalizadas, questionando como o racismo pode ser negado por quem o perpetra. Inspirada na Escrivivência, termo cunhado pela escritora Conceição Evaristo (2020), como uma escrita que emerge do lugar da vivência de pessoas negras, trazemos essa narrativa como um modo de dar voz a experiências de opressão e resistência que foram historicamente silenciadas. Questionando o racismo de uma senhora branca, rica e privilegiada, que nega seu racismo através de discursos superficiais e vazios, ignorando as violências reais sofridas pelas mulheres negras em sua jornada diária.

A frase dita na performance: “ela deu três tapas na minha cabeça, empurrou e disse que era carinho,” ilustra a naturalização da violência racial, disfarçada sob a máscara de uma preocupação paternalista, que em vez de proteger, submete e nega a autonomia do corpo negro feminino. Como uma senhora branca, rica, segura de seus privilégios poderia admitir sua postura racista? O sistema, que insiste em dizer que o corpo de uma mulher negra não a pertence, cala quem ousa questioná-lo. Mas ali, naquele momento performático, não houve silenciamento. Sua arte gritou. E depois da palavra, veio o canto. “Mulher do fim do mundo” (2015), composição de Alice Coutinho e Romulo Fróes, que ficou conhecida pela interpretação da cantora Elza Soares, ícone da música brasileira e referência do feminismo negro na arte. A canção ecoou como desfecho e reafirmação, como um rito de transformação, uma última palavra dita não como pedido, mas como afirmação: Estou aqui, e você vai me ouvir, querendo ou não.

Nesse contexto, a performance surgiu como uma resposta artística e política ao tema do Encontro Nacional Musicoteraprets, unindo palavra e canto para expor as contradições do racismo, a violência simbólica e concreta que corpos negros enfrentam e a potência da arte como meio de enfrentamento. O texto performático trouxe à cena vivências de exclusão, silenciamento e resistência, questionando as estruturas que sustentam o racismo. “Pode o lixo falar? O lixo vai falar e numa boa” (Gonzalez, 2018). De forma potente, empoderada e agora consciente do poder carregado pela ancestralidade, a performance se transforma em um ato de reivindicação, onde a negação da nossa existência foi confrontada pela nossa presença inegável. O lixo falou, o subalterno falou e falou pela própria voz (Gonzalez, 2018; Ribeiro, 2017; Spivak, 2010).

A finalização da performance se dá com o conteúdo que se entrelaça à musicoterapia. Nesse momento, a música se encarrega da ressignificação dos conteúdos. As violências são combatidas com o canto, um canto de denúncia e afirmação, como um grito de resistência e permanência. A partir da canção “Mulher do Fim do Mundo” (2015), evocou-se a força das mulheres negras frente à violência e à opressão, ressignificando o canto como um espaço de resistência. A música, assim como a performance artística, torna-se um ato de luta contra as estruturas de poder que buscam silenciar as vozes dos oprimidos, em particular as vozes das mulheres negras. Propondo enfrentar os mecanismos que trazem dor e silenciamento, ecoando a mensagem central do evento: a necessidade de ocupar, ressignificar e transformar os espaços através da arte e da musicoterapia.

Michele Mara Domingos e Rosemyriam Cunha (2021) fazem referência a Elza Soares em seu trabalho “Os sentimentos que mulheres negras expressam em atividades musicoterapêuticas,” ao destacar que músicas interpretadas por ela apresentam motivação

e reflexão acerca da identidade racial, da luta do povo negro, além de contribuir para o empoderamento feminino negro. Ao interpretar suas canções, ela declara: “Na avenida, deixei lá, a pele preta e a minha voz” (Coutinho & Froes, 2015), o que reflete a liberdade e o poder da mulher negra em se afirmar, tanto no contexto social quanto artístico. Através de sua música, Elza Soares não apenas exalta sua própria identidade, mas também soma ao coro de vozes de muitas mulheres negras, destacando a importância de sua presença e contribuição na cultura brasileira, trazendo consigo uma poderosa expressão de identidade coletiva e de resistência.

A Arte e a Musicoterapia Como Estratégias Emancipatórias

A vista da performance analisada acima, é possível enfrentar as violências raciais e de gênero, compreendendo a arte e a musicoterapia como estratégia de sobrevivência e afirmação das identidades. Discutindo como a arte e a música podem ser dispositivos políticos e terapêuticos para corpos negros atravessados por suas interseccionalidades. Nesse sentido, não cabe somente problematizar, mas também oferecer caminhos de resistência que possam ser incorporados à prática da musicoterapia em busca de ações emancipatórias e promotoras de saúde para a população negra.

Como nos coloca Sue Baines (2013), às práticas emancipatórias na musicoterapia fundamentam-se na valorização das diversidades e no enfrentamento das violências impostas por sistemas opressivos. Ao reconhecer que a música é um meio de expressão, identidade e resistência, essa abordagem busca criar espaços terapêuticos onde sujeitos historicamente invisibilizados possam ressignificar suas experiências e fortalecer sua autonomia. Para isso, esta abordagem rompe com paradigmas eurocêntricos e coloniais, adotando estratégias que dialogam com as realidades socioculturais de cada indivíduo e promovendo ações que desafiam desigualdades estruturais. Dessa forma, a prática não se limita à clínica tradicional, mas se expande para o campo social, político e comunitário, tornando-se um instrumento de transformação e justiça (Baines, 2013).

Segundo Kezia Paz (2022), a música, assim como outras formas de arte, pode representar a liberdade e a criatividade humana, sendo, portanto, um direito fundamental. Além disso, deve ser vista não apenas como um direito, mas também como uma atividade essencial e desejável na vida das pessoas. A proposta é compreender a música não apenas como registro ou reflexo da sociedade, mas como prática crítica e reflexiva, capaz de favorecer processos de educação mútua entre sujeitos em interação, em uma perspectiva solidária (Santos apud Paz, 2022).

A Musicoterapia Feminista de Sandra Lynn Curtis (1996) analisa como as teorias feministas aplicadas à musicoterapia podem promover a igualdade de gênero e fortalecer as mulheres, especialmente dentro de contextos terapêuticos. A autora propõe que a musicoterapia, ao focar na experiência e nas necessidades das mulheres, pode ser uma ferramenta de empoderamento, ajudando as mulheres a se expressarem e a lidarem com questões sociais, emocionais e de identidade.

Candice Lanell Bain, Patrick Grzanka e Barbara J. Crowe (2016) defendem que a musicoterapia, quando informada pela teoria queer, pode se tornar uma ferramenta poderosa para combater a opressão estrutural e criar espaços seguros para a autoafirmação e o desenvolvimento de identidade de pessoas LGBTQIA+. Os autores sugerem ainda que práticas que rompam com modelos normativos e convidam os musicoterapeutas a repensarem suas abordagens, tornando-as mais alinhadas com os princípios de justiça social e diversidade podem extrapolar as questões de gênero e sexualidade e assim promover uma prática musicoterapêutica emancipatória para todas as pessoas (Bain et al., 2016).

Considerações Finais

Ao integrar conceitos de decolonialidade, musicoterapia e Escrevivência, a proposta que discutimos aqui reforça a urgência de criarmos espaços de escuta e de promoção de saúde para corpos historicamente marginalizados, como os corpos negros e femininos, onde a música possa ser utilizada como ferramenta de transformação social, um meio de expressão e como um ato político de existência e (re)existência.

Para além dos conceitos de musicoterapia e decolonialidade, este trabalho se ancora na perspectiva da Escrevivência, compreendendo que diferente de uma simples autobiografia, a Escrevivência se torna um ato político e coletivo, transformando a dor individual em uma denúncia social. Possibilitando uma prática musicoterapêutica emancipatória e promotora de saúde.

Não podemos nos calar diante das iniquidades, das violências, das ameaças aos direitos e às vidas das pessoas. É preciso estabelecer uma existência e uma musicoterapia responsável. Atenta, vigilante e denunciadora quando necessário. Acreditamos que para que isto se efetue, seja necessário que musicoterapeutas estejam implicados em suas práticas, na inclusão de temas sobre as violências raciais e de gênero na formação de musicoterapeutas, bem como na busca por consolidação de políticas públicas que se comprometam efetivamente no enfrentamento e na prevenção da violência e na promoção de saúde.

Sobre os Autores

Líz Mirandah: artista multidisciplinar, cantora, atriz e performer dedicada à expressão criativa, ancestralidade e sensibilidade emocional. Especialista em Musicoterapia pela CENSUPEG e mestrande em Musicoterapia pela UFMG, utiliza canto, corpo e elemento visual para construir narrativas que explorem identidade, pertencimento e ancestralidade. Atua em palcos e projetos culturais diversos, com participação ativa em shows, oficinas e colaborações artísticas. Seu trabalho reflete compromisso com representatividade, arte como cura e transformação social.

Wagner Junio Ribeiro: Mestrando em Promoção da Saúde e Prevenção da Violência e Bacharel em Musicoterapia pela Universidade Federal de Minas Gerais – Brasil (UFMG). Especialista em Saúde Mental e Atenção Psicossocial. Professor Voluntário no curso de Musicoterapia da UFMG. Atua em pesquisas sobre musicoterapia, promoção da saúde e interseccionalidades, com foco nos estudos de raça, gênero e sexualidades LGBTQIA+. Fundador e atual coordenador do Coletivo Musicoteraprets Brasil.

Referências

- Arndt, A., Cunha R., e Volpi, S. (2016). Aspectos da prática musicoterapêutica: Contexto social e comunitário em perspectiva. *Psicologia & Sociedade*, 2(28), 387–395.
<http://dx.doi.org/10.1590/1807-03102016v28n2p387>
- Bain, C., Grzanka, P., Crowe, B. (2016). Toward a queer music therapy: The implications of queer theory for radically inclusive music therapy [Em direção a uma musicoterapia queer: As implicações da teoria queer para uma musicoterapia radicalmente inclusiva]. *The Arts in Psychotherapy*, 50, 22–33.
https://www.researchgate.net/publication/297226118_Toward_a_Queer_Music_Therapy_and_The_Implications_of_Queer_Theory_for_Radically_Inclusive_Music_Therapy
- Baines, S. (2013). Music therapy as an anti-oppressive practice [Musicoterapia como

prática antióressiva]. *The Arts in Psychotherapy* 40, 1–5.

<https://www.researchgate.net/publication/235912808>

Coutinho, A. e Fróes, R. (2015). Mulher do fim do mundo. Intérprete: Elza Soares. In Soares, Elza. Mulher do fim do mundo. Produção de Guilherme Kastrup. São Paulo: Circus. Faixa 1.

Curtis, S. (1996). *Singing subversion, singing soul: Women's voices in feminist music therapy*. [Doctoral dissertation], Concordia University.

Domingos, M. e Cunha, R. (2021). Os sentimentos que mulheres negras expressam em atividades musicoterapêuticas. Em F. Batista (orgs.). *Arte: multiculturalismo e diversidade cultural 2*. Ponta Grossa-PR: Atena, p. 96–108.

<https://www.researchgate.net/publication/355137153 OS SENTIMENTOS QUE MULHERES NEGRAS EXPRESSAM EM ATIVIDADES MUSICOTERAPEUTICAS>

Evaristo, C. (2008). *Poemas de recordação e outros movimentos*. Nandyala.

Evaristo, C. (2020). A escrevivência e os seus subtextos. Em C. Duarte e I. Nunes (orgs.). *Escrevivência: a escrita de nós. Reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo*. Mina Comunicação e Arte, p. 26–47.

Ferreira, M. (2023). *Conheça Nise da Silveira, pioneira no uso da arte como terapia psiquiátrica*. Sesc SP. <https://www.sescsp.org.br/editorial/coracao-liberto-perfil-da-medica-nise-da-silveira-e-seu-olhar-revolucionario-para-a-arte-como-terapia/#janeiro23-integra>.

Gonzalez, L. (2018). *Primavera para as rosas negras: Lélia Gonzalez em primeira pessoa*. Diáspora Africana: Editora Filhos da África.

Gonzalez, L. (2020). *Por um feminismo afro-latino-americano: Ensaios, intervenções e diálogo*. 1ª ed. Zahar.

Nascimento, A., Genoino, J., e Kffuri, A. (1984). *A abolição em questão - Sessão comemorativa do 96º aniversário da Lei Áurea*. Coordenação de Brasília.

Paz, K. (2021). *Musicoterapia e interseccionalidades em experiências musicais de grupos de mulheres*. <https://dx.doi.org/10.31533/pubsude6.a149>

Paz, K. (2022). A perspectiva política nas práticas clínica e sociocomunitária da musicoterapia no Brasil. *ECOS – Revista Científica de Musicoterapia y Disciplinas Afines*, 7, e024. <https://sedici.unlp.edu.ar/handle/10915/140185>

Pinho, M.; Rosario, V., e Pedrosa, F. (2021). Musicoterapia com mulheres: Uma pesquisa a partir da experiência de profissionais e estudantes no Brasil. *Brazilian Journal of Music Therapy*, 30, p. 26–38. <https://doi.org/10.51914/bjmt.30.2021.356>

Ribeiro, D. (2017). *O que é lugar de fala?*. Letramento.

Ribeiro, D. (2019). *Pequeno manual antirracista*. Companhia das Letras.

Spivak, G. (2010). *Pode o subalterno falar?* Tradução de Sandra Regina Goulart Almeida, Marcos Pereira Feitosa e André Pereira. Editora da UFMG.